



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Sétima Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quatro de abril de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Salmo 33: “O Senhor volta a sua face contra os maus, para da terra apagar sua lembrança. Clamam os justos, e o Senhor bondoso escuta e de todas as angústias os liberta. Do coração atribulado ele está perto e conforta os de espírito abatido. Muitos males se abatem sobre os justos, mas o Senhor de todos eles os liberta. Mesmo os seus ossos ele os guarda e os protege, e nenhum deles haverá de se quebrar. Mas o Senhor liberta a vida dos seus servos, e castigado não será quem nele espera.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV n.º 0181/2017, acusando o recebimento do Requerimento n.º 038/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar qual a previsão para construção de um ponto de ônibus com cobertura



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na avenida Vicenzo Granghelli, na altura do número 636 para atender aos funcionários da nova unidade da empresa Jaguar Plásticos (com cópia para a Empresa Jaguar Plásticos Ind. e Com. de Plásticos Ltda.); 2. Ofício SEGOV nº 0182/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 039/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar se há projeto para instalação de Aquecedores Solares nas residências das famílias de baixa renda no Município de Jaguariúna em parceria com a CPFL Jaguari (com cópia para a CPFL Jaguari); 3. Ofício SEGOV nº 0183/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 040/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar qual a previsão para estudo e alteração de layout na entrada da nova planta da empresa Jaguar Plásticos Ind. e Com. de Plásticos Ltda., localizada na Avenida Vicenzo Granghelli na altura do número 636 (com cópia para a Empresa Jaguar Plásticos Ind. e Com. de Plásticos Ltda.); 4. Ofício SEGOV nº 0184/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 042/2017 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações que especifica sobre o PROUNI Municipal (onde está divulgada a lista dos quatro melhores de cada curso que ganham direto a bolsa; indeferimento dos alunos do curso de Arquitetura; critérios de seleção para definir os aprovados e excedentes; forma de avaliação de cada aluno; sobrando vagas, qual a postura do Município para poder contemplar mais alunos); 5. Ofício SEGOV nº 0185/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 043/2017 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando informar se existe previsão para operação “tapa buracos” nos bairros Santa Cruz e Nova Jaguariúna; 6. Ofício SEGOV nº 0186/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 044/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações referentes aos Ofícios nº 1.536/2016 e 1.548/2016 da Caixa Econômica Federal que dispõe sobre recapeamento de pavimentação asfáltica nas vias públicas urbanas de Jaguariúna; 7. Ofício SEGOV nº 0187/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 045/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre quais providências que serão tomadas com relação ao trabalho de recapeamento da rua Limoeiro, no bairro Roseira de Cima, que está muito perigosa para todo tipo de trânsito; 8. Ofício SEGOV nº 0188/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 046/2017 do Sr. David Hilário Neto solicitando quando será normalizada a entrega de medicamentos padronizados pelo Município; 9. Ofício SEGOV nº 0189/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 047/2017 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando à CPFL Jaguari informações sobre o motivo dos eventuais cortes de energia no bairro Colmeia e mediações, prejudicando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

comércio e moradores (com cópia para o Executivo Municipal); 10. Ofício SEGOV nº 0190/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 048/2017 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando informações se existe alguma lei vigente que proíba o consumo de cigarros dentro dos parques públicos fechados da cidade; 11. Ofício SEGOV nº 0191/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 050/2017 da Sra. Taís Camellini Esteves solicitando informações sobre a intensificação de ronda policial nas escolas municipais e estaduais do Município devido ao aumento de ocorrências de furto e vandalismo; 12. Ofício SEGOV nº 0192/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 051/2017 da Sra. Taís Camellini Esteves solicitando informações se existe a possibilidade e previsão do aumento do efetivo policial na cidade e do aumento de rondas nos bairros; 13. Ofício SEGOV nº 0193/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 052/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a viabilidade de realização de um Projeto de Reciclagem nas Escolas Municipais; 14. Ofício SEGOV nº 0194/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 053/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre retomada das aulas de Italiano na rede Municipal de Educação, especialmente na E.M. Ângelo Bizzo e possível expansão para as demais escolas do Município; 15. Ofício SEGOV nº 0195/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 054/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal, ao IEJ – Instituto Educacional Jaguarú e ao Presidente da Câmara Municipal, informações que especifica quanto ao PROUNI MUNICIPAL referente aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. 16. Ofício SEGOV nº 0196/2017, acusando o recebimento das seguintes Indicações nºs. 074/2017, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 076/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 083 e 084/2017 da Sra. Cássia Murer Montagner; 085, 086, 087, 088 e 089/2017 do Sr. Cristiano José Cecon; 072 e 077/2017 do Sr. David Hilário Neto; 073, 075 e 090/2017 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana; 078, 079, 080 e 081/2017 do Sr. José Muniz; 077 e 082/2017 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 071/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 091, 092 e 093/2017 da Sra. Taís Camellini Esteves e 094/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo; 17. Ofício SEGOV nº 0201/2017, dando resposta ao Requerimento nº 015/2017 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre o convênio mantido com a Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna e a Prefeitura; 18. Ofício SEGOV nº 0202/2017, dando resposta ao Requerimento nº 024/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre políticas públicas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e projetos estruturados na cidade para ampliar as vagas de emprego e recolocação no mercado de trabalho; 19. Ofício SEGOV nº 0203/2017, dando resposta ao Requerimento nº 025/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a previsão de instituir o projeto educacional para realização de Cursos Técnicos Profissionalizantes; 20. Ofício SEGO nº 0204/2017, dando resposta ao Requerimento nº 022/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações dos Órgãos competentes sobre as políticas públicas voltadas à Segurança Pública da cidade (quanto ao número 190); 21. Ofício SEGOV nº 0206/2017, dando resposta ao Requerimento nº 010/2017 do Sr. David Hilário Neto solicitando informar quando será o retorno das atividades da farmácia do Posto XII de Setembro; 22. Ofício SEGOV nº 0207/2017, dando resposta ao Requerimento nº 011/2017 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. estudos visando a criação de novos trajetos ou a ampliação de já existentes, das linhas de ônibus urbanos, para que possam atender à demanda das empresas do Distrito Industrial e das que ficam às margens da Rodovia SP340 (com cópia para o Executivo Municipal); 23. Ofício SEGOV nº 0208/2017, dando resposta ao Requerimento nº 016/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar qual a data prevista para o início de funcionamento da caixa d'água do Bairro Roseira de Cima; 24. Ofício SEGOV nº 0209/2017, dando resposta ao Requerimento nº 018/2017 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando informar se existe algum estudo para intensificar a ronda feita pela Guarda Municipal e pela Polícia Militar nos horários de entrada e saída dos estudantes em todas as Escolas do Município; 25. Ofício SEGOV nº 0210/2017, dando resposta ao Requerimento nº 021/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações quanto aos projetos e políticas públicas da Secretaria Municipal de Segurança Pública voltadas às necessidades da cidade para evitar o crescimento dos índices de criminalidade em Jaguariúna; 26. Ofício SEGOV nº 0212/2017, dando resposta ao Requerimento nº 023/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre o início da operação de tapa buracos na cidade; 27. Ofício SEGOV nº 0213/2017, dando resposta ao Requerimento nº 026/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon, solicitando informações sobre os projetos e políticas públicas voltadas ao lazer, cultura e entretenimento dos jovens da cidade; 28. Ofício SEGOV nº 0215/2017, dando resposta ao Requerimento nº 029/2017 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informar quais são e a quais Órgãos estão vinculados as equipes de trabalho da Prefeitura Municipal, considerando o organograma do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Decreto nº 3.527, de 01 de fevereiro de 2017? A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projetos: 1. De Lei Complementar do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que dispõe sobre a alteração da ementa e inclusão do artigo 8º-A da Lei Complementar nº 264 de 07 de janeiro de 2015, e dá outras providências; 2. De Lei do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que dispõe sobre a alteração da ementa e dos artigos 1º e 3º da Lei nº 2.378, de 14 de outubro de 2016, e dá outras providências; 3. De Lei do Sr. Afonso Lopes da Silva que dispõe sobre o Programa Municipal de Educação para o Trânsito: “Compromisso com a vida”; 4. De Lei do Sr. Luiz Carlos de Campos que altera dispositivo da Lei nº 2.192, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a forma de cobrança de consumo excessivo de água originado de vazamentos invisíveis nas instalações de prédio, e dá outras providências; 5. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 07/2017, do Sr. David Hilário Neto que dispõe sobre a instituição de multa para cidadão que for flagrado jogando qualquer tipo de lixo nos logradouros públicos, depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de colocar caçambas/lixeiros na Rua Pedro Lana nº 51, no Bairro Vargeão; 2. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a viabilidade de colocar uma lombada na rua Maranhão, na altura que antecede o cruzamento com a rua Pedro Silveira Martins; 3. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal informações sobre esclarecimentos do motivo pelo qual existe uma obra não concluída da Prefeitura na Praça 7 de Setembro ao lado da Igreja Santo Expedito; 4. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a reativação do Conselho Municipal de Esportes e a criação do Fundo Municipal de Esportes na cidade de Jaguariúna; 5. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre elaboração de Projeto de Lei para isenção de IPTU para proprietários de bens inventariados e tombados. 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações se existe a possibilidade da construção de um ponto de ônibus na Avenida Marginal sentido centro. Indicações: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal para que sejam colocadas as placas indicativas com os nomes das ruas em todo o Residencial Santa Francisca (Bairro Vila Primavera); 2. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal para que seja colocada a grade de proteção na boca de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

lobo existente na parte mais elevada da Rua Carlos Droveto, no Bairro Nova Jaguariúna III; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal verificar a possibilidade de feitura de lombada na rua Alcides Venturini, próximo à esquina com a rua Alexandre Marion, no Bairro Boa Vista; 4. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal a cobertura da quadra de Esporte no Bairro Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim; 5. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal realizar a limpeza em toda a extensão da Escola Ângelo Bizzo, no Bairro Bom Jardim, assim como, seja providenciada a cobertura da quadra de esporte ali existente; 6. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal realizar a limpeza e higienização da Escola Júlia Calhau Rodrigues, no Jardim Dom Bosco, bem como, seja feita uma proteção para evitar a entrada de pombos e outros animais; 7. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal reforma do telhado do quiosque da Praça Umbelina Bueno, rebaixando-o e colocando calha, para que não entre mais chuva e atrapalhe o lazer dos cidadãos; 8. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal o alargamento e limpeza na rua Marion, altura do nº 14, no Bairro Santo Antonio do Jardim, bem como, seja providenciada a pavimentação de referido trecho da rua; 9. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal a implantação de placas indicativas de horários de ônibus nos pontos de ônibus da Cidade; 10. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal para que seja providenciado, com urgência, a cobertura do pátio da Escola Municipal Ângelo Bizzo, no Bairro Bom Jardim; 11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal um estudo de tráfego na rotatória existente entre a rua Eduardo Tozzi e Avenida Antônio Pinto Catão; 12. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal um estudo de tráfego na confluência da Rua Maranhão e Rua Pedro Silveira Martins (cruzamento ao lado da ETA); 13. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal estabelecer mão única de direção na Rua Zenaide Ferreira Machado e Rua Carlos Turato, no Jardim IK; 14. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal aumento de vagas de estacionamento para Deficientes e Idosos na área central abrangida pela Zona Azul; 15. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para que seja realizada a fiscalização e limpeza da calçada localizada



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

à Rua Joaquim Bueno, ao lado do nº 395, no Bairro Santa Cruz; 16. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita vistoria técnica no asfalto da Rua Joaquim Bueno, defronte ao nº 402, Bairro Berlim; 17. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal reforma da quadra de Esporte da Praça Mogi Mirim: refazer o piso e a devida demarcação da quadra; 18. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal reforma da quadra de Esporte Dr. Celso de Ataliba Moraes, localizada na Vila Guilherme Giesbrecht; 19. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal reforma de duas lombadas na rua José Alves Guedes, centro, uma localizada ao lado do Parque Santa Maria e outra ao lado da Praça Brasília; 20. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal para que inicie o recapeamento da estrada de acesso aos bairros Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta; 21. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal limpeza, roçagem e conservação na Rodovia Ademar de Barros – Km 127, Pista Sul, Rua da Faculdade de Jaguariúna – Campus II; 22. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal limpeza, roçagem e conservação na Estrada do Tanquinho Velho e Estrada da Guayçara; 23. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal para que seja criado o “Dia Municipal de Prevenção à Diabetes”, onde sejam designados vários locais da cidade para a realização do teste gratuitamente, com a orientação na prevenção desta doença que hoje é de grande gravidade na saúde pública; 24. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal para que seja instituída nas Escolas Municipais, no mês do aniversário de Jaguariúna, uma semana voltada à história de nossa Cidade; 25. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal para que sejam elaborados eventos culturais no Município de forma organizada, onde atendam todas as formas de expressão, em local seguro e monitorado, com a presença dos profissionais da Segurança Pública; 26. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos, no Bairro Tanquinho Velho, nas proximidades da Empresa Snelogg; 27. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Rua Vigatto, na Vila Miguel Martini; 28. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Avenida Vincenzo Granchelli, no Bairro Dr. João Aldo Nassif; 29. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Estrada JGR – 010, próximo ao Condomínio Ana Helena; 30. Da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal a manutenção das sinalizações de chão, na Vila São José; 31. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a manutenção dos brinquedos do Parque José Theodoro de Lima, no Bairro Cruzeiro do Sul; 32. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal limpeza nos terrenos da rua Santa Catarina, no bairro Dom Bosco e colocação de placas de PROIBIDO JOGAR LIXO; 33. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal mudança da placa sinalizando “PARE” que, atualmente está localizada na Av. Vincenzo Granchelli para a rua Emílio Marconato; 34. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Presidente da Casa feitura de licitação à imprensa escrita (jornal) para divulgação dos trabalhos e informações da Câmara Municipal. A seguir, foram lidas as seguintes Moções: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de pesar pelo passamento do Sr. Pedro Elias, ocorrido no dia 21 de março corrente, aos 74 anos de idade, nesta Cidade; 2. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Gonçalves, ocorrido no dia 21 de março corrente, aos 84 anos de idade, nesta Cidade; 3. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de congratulações e louvor à Guarda Civil Municipal pelo trabalho realizado em nossa cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 22427/2017 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no valor de R\$ 27.292,63; 2. Ofício DCO nº 21/2017 da Secretaria de Administração e Finanças do Município, retificando dados apresentados na Audiência Pública de Metas Fiscais do 3º Quadrimestre do exercício de 2016. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Presidente apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pé:1. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de colocar caçambas/lixeiros na Rua Pedro Lana nº 51, no Bairro Vargeão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a viabilidade de colocar uma lombada na rua Maranhão, na altura que antecede o cruzamento com a rua Pedro Silveira Martins, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal informações sobre esclarecimentos do motivo pelo qual existe uma obra não concluída da Prefeitura na Praça 7 de Setembro ao lado da Igreja Santo Expedito, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a reativação do Conselho Municipal de Esportes e a criação do Fundo Municipal de Esportes na cidade de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre elaboração de Projeto de Lei para isenção de IPTU para proprietários de bens inventariados e tombados, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações se existe a possibilidade da construção de um ponto de ônibus na Avenida Marginal sentido centro, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de pesar pelo passamento do Sr. Pedro Elias, ocorrido no dia 21 de março corrente, aos 74 anos de idade, nesta Cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Gonçalves, ocorrido no dia 21 de março corrente, aos 84 anos de idade, nesta Cidade, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de congratulações e louvor à Guarda Civil Municipal pelo trabalho realizado em nossa cidade, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por cinco minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que queria falar algumas questões com os nobres Colegas, e que ele tinha feito um vídeo na última semana e foi publicado naquele dia, sobre o Hospital



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal, e que grande parte tinha feito uma visita, fazia uns dez, quinze dias no Hospital e que puderam acompanhar alguns detalhes lá dentro e questionaram a respeito de estarem atendendo à cidade de Pedreira, na questão de partos, na cidade, inclusive foi aprovada uma legislação na Casa, fazia uns três anos, liberando a cidade de Holambra e, que, na época era uma cidade de oito ou dez mil habitantes, para fazer o parto no Hospital de Jaguariúna; disse que aqueles valores precisavam ser estudados, porque o Hospital, pelo que eles viram numa conversa bem prévia, estava tendo prejuízos, e a população de Jaguariúna que estava pagando essa conta; disse que queria falar com o Waltinho que era da Comissão de Saúde, a Cássia, se eles podiam fazer uma reunião na Casa com o Hospital, com a Secretaria de Saúde, para conseguirem chegar num valor justo ou se era interessante ou não para o município, para eles verem qual pé tomar para aquela situação toda, porque, na situação que estava, infelizmente, eles estavam pagando a conta de cidades vizinhas; o Pronto Socorro, todos sabiam, que era aberto para qualquer pessoa que viesse na cidade, mas eles tinham algumas coisas como maternidade, centro cirúrgico da cidade, que era de primeira, e era dinheiro público, era dinheiro municipal, dava em torno de quarenta e cinco milhões por ano, para quem quisesse ter uma base, que era dinheiro da cidade, e que pudesse ser feito este estudo; comentou, ainda, sobre outro assunto, dizendo que, na última semana, ele, o Fred e o Bozó, e que o Zé e o Neguita não puderam estar presentes, mas eles os estavam representando, a respeito do PROUNI, e que eles fizeram uma reunião com o Prefeito, voltando à questão do PROUNI, apontando algumas falhas que tinham sido vistas ali pela Bancada deles, e pedindo que fosse analisado novamente essas falhas e que esses estudantes, que ficaram como excedentes, que não tiveram alguma explicação, fossem atendidos; disse que, para eles terem uma base, se pudessem atender esses oitenta alunos que ficaram excedentes, teria um custo de trinta e cinco mil reais a mais para o Município, e que acreditava que não era gasto, era investimento, como dizia sempre o Bozó, e que achava muito importante se eles conseguissem investir esse valor a mais na Educação da cidade; a seguir, disse de outro caso que estava sendo muito comentado na cidade era o aumento salarial, e que o funcionário público estava questionando como iria funcionar tudo isso, houve uma reunião no Sindicato, na última sexta-feira, e que eles preferiram não participar por ser uma decisão do Sindicato, só que eles estavam conversando ali, ele, particularmente, pedia que, no mínimo, fosse dada a inflação, porque foi o que aconteceu nesses anos todos de crise, quantas pessoas não passaram, e a Receita do Município, subiu, enquanto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

muitos municípios estavam reclamando que a Receita estava caindo, nos três primeiros meses da nova Gestão, subiu dezesseis por cento a Receita do Município, em torno de cinco milhões e meio, só naquele ano, e que ele achava muito importante eles poderem analisar tudo isso, porque estava uma proposta ou dois por cento, ou tirar a cesta para dar um vale refeição, e que eles precisavam tanto do aumento quanto da cesta, que era um direito adquirido do funcionalismo público, e que ali ficava o pedido deles; disse, também, que, naquele dia, ele esteve em São Paulo, no Fundo de Desenvolvimento da Educação, para pedir alguns recursos para a Cidade, foi atendido pelo Presidente, João Curi, uma pessoa fantástica, e que conseguiram viabilizar e se tudo caminhasse bem, iriam ser entregues sessenta novas creches liberadas pelo Governo do Estado, no Estado de São Paulo, e que fez um ofício naquele dia, foram pedidas duas em dois mil e treze, mas que, naquele dia, ele conseguiu a liberação de uma delas, e que iria dar em torno de dois milhões e cem mil reais para o Município de Jaguariúna, ainda esse ano, para a construção de uma creche, no lugar da “Algodão Doce”, ali no bairro Capotuna; disse que era mais uma vitória para a cidade; num outro assunto, parabenizou a Guarda Municipal e a Polícia Militar, e que teve uma reunião do CONSEG, na última semana, foi de extrema importância, o Vereador Bozó estava presente, o Vereador Silva, também, o Zé Muniz, também estava lá, e que eles puderem ver algumas falhas que estavam acontecendo, falhas, não, mas um problema crítico que eles estavam no hoje, no Município, com vinte e dois policiais militares, sendo que o quadro era para ser trinta e cinco, e que estava numa defasagem sem tamanho, e que se viam as rondas cada vez menores, mas era devido a esses quadros, e que uma coisa que ele ficou bem chateado, inclusive, tinha o trabalho do PROERD nas escolas, o policial que era do PROERD iria ter que largar esse projeto naquele ano, para poder fazer patrulha na rua, e que mais uma vez eles estavam deixando de investir para não acontecer o problema, e tinham que investir na causa, que era a criminalidade nas ruas, e acabando com a prevenção, mas esse era um pedido onde todos os Vereadores poderiam se unir, fazer um apelo ao Governador para eles conseguirem aumentar o efetivo e fazer um estudo mesmo, porque a Guarda estava sem concurso público desde... só teve um concurso na história, a cidade quase dobrou a população, e eles não tiveram nenhum aumento de efetivo, e também, estudar essa possibilidade; disse que seria basicamente aquilo, naquele dia, e fez aquele apelo, inclusive, aos membros da Comissão de Saúde, para eles poderem reunir o Hospital, a Secretaria de Saúde, e discutir esse caso do Hospital que estava bem delicado;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

desejou boa noite a todos e agradeceu pela atenção; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Inalda Lúcio de Barros Santana; José Muniz, Luiz Carlos de Campos e Rodrigo da Silva Blanco, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Taís Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo que a sua questão era a respeito do tapa buracos, muita gente estava lhe perguntando quando ia voltar a operação tapa buracos, e ela, como Presidente de Obras, vinha anunciar a todos que dali a uns quatro ou cinco dias, a operação iria estar nas ruas, e que eles tinham vinte e sete pontos críticos que não dava para fazer operação tapa buracos, tinha que ser recapeamento, e que tiveram uma reunião e eles disseram isso, no Planejamento, e que cada buraco, dependia da espessura do buraco, era realizada cento e cinquenta quilos de massa asfáltica, e que tinha gente que estava falando que era de três a quatro quilos, mas não era, dependia do buraco e de três a quatro dias essa operação já iria estar na rua, iria estar nos pontos críticos nos bairros, Vigatto, Interclínicas, Vincenzo, por isso que ela falava para todos, que podiam cobrar, que eles precisavam que eles falassem para eles para começarem a agir o mais rápido possível, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que a colocação deles, naquele dia, estava pautada num requerimento que eles fizeram sobre o Conselho Municipal do Esporte e o Fundo Municipal do Esporte; disse que tinham um Conselho que era uma lei municipal, já bastante antiga, porém, ele estava inativo, e que o papel do Conselho Municipal do Esporte era atribuir políticas públicas para o setor; disse que hoje, eles defendiam que o Esporte era uma forma de transformação social, e achava que todos ali concordavam, que o Esporte transformava a saúde das pessoas, e que, fomentarem as políticas públicas, voltada ao Esporte era importante para a cidade, e havia bom tempo isso não vinha acontecendo através do Conselho, e que reativar isso, era, realmente, fazer democraticamente, estabelecer metas e planejamento para que isso acontecesse; disse que uma outra solicitação, era a respeito do Fundo Municipal do Esporte, não tinham; disse que através do Fundo eles conseguiam angariar recursos de qualquer ente federativo, fosse do Estado, da União, ou até do particular e esse dinheiro ser direcionado exatamente às pessoas que precisavam dele, voltadas à prática esportiva; disse que hoje acontecia que muitas vezes se passava o chapeuzinho pedindo ajuda para o transporte, pedindo pagamento das inscrições da equipe, ou dos atletas, e que isso era uma forma indigna de se solicitar uma melhoria na prática esportiva da cidade; disse que, constituir o Fundo e reativar o Conselho, era um dos pedidos deles, exatamente para que isso fomentasse o esporte na cidade;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que, com o Fundo, também, o recurso que eles tinham e um deles agora passava a vir do Decreto que foi feito para o uso do Estádio Municipal, poderia ser direcionado para o Fundo e ser aplicado nas escolinhas, ser aplicado nas equipes, ser aplicado nos campeonatos, e que era um recurso que ficava no Município, mas dirigido exatamente à Secretaria; disse que outra proposta suas era a questão do Projeto de Lei para a isenção de IPTU de bens inventariados e tombados, e que era uma discussão antiga, confirmou com o Vereador Bozó, desde o ano anterior eles estavam lutando com isso pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, e a Lei Municipal não previa a isenção de IPTU para o bem inventariado, só para o tombado; disse que como a iniciativa tinha que ser do Executivo, então, estavam clamando ao Poder Executivo para elaborar projeto de lei, encaminhar para a Casa, para que houvesse discussão coerente, e que eles conseguissem beneficiar quem, realmente, ia preservar aquele patrimônio; disse que não era fácil, quando se estava inserido na Lei de Tombamento, não eram fáceis os custos para isso, e as despesas para se manter o seu imóvel, e que isso era importante para incentivar, para, realmente, conservar a memória da cidade; comentou de quantas casas, quantos bens já tinham sido perdidos em Jaguariúna, foram demolidos e no hoje apagava-se uma parte da memória da cidade; disse que a luta do Conselho do Patrimônio era muito justa, e a Casa também, se colocava à disposição para poderem lutar por isso; disse que tinham feito, também, uma moção com relação à Guarda Municipal, e que na semana anterior ele esteve em São Paulo junto à liderança do PMDB, através do Deputado Jorge Caruso, levando algumas reivindicações para ele, principalmente, na questão de Segurança, e que tinham dois problemas críticos na cidade na questão da Segurança, junto aos órgãos estaduais, que era o um, nove, zero, que no hoje estava em Campinas e disse que, por causa da digitalização da comunicação da Polícia Militar, se ligava o um, nove, zero, hoje, ia lá para o centro de Campinas, lá para o Oitavo BPM, e de lá era despachada a ocorrência para a cidade; disse que havia de convir que colocar Jaguariúna nas ocorrências do centro de Campinas era desproporcional, e que a região de Jaguariúna era Mogi Mirim, e que o Governo do Estado deveria fazer uma política para que isso acontecesse, para agilizar, além da defasagem de efetivo que era outro problema grave, que eles estavam enfrentando; Jaguariúna tinha um destacamento, com um tenente que comandava, hoje, estavam com um sargento e com um efetivo reduzido, e isso dificultava o policiamento da cidade, e a criminalidade aumentava no interior; disse que outro problema era a questão do Delegado (a Sra. Secretária comunicou ao Vereador que lhe restava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

trinta segundos), e que o Delegado estava de licença e, provavelmente, aposentasse na sequência; e quem vinha fazendo a ostentação da segurança na cidade, perguntou; disse que a Guarda Municipal, hoje a implantação da ROMU, do Canil e o policiamento, e que um episódio recente, que todos tiveram conhecimento da ação efetiva da Guarda Municipal, coibindo a criminalidade, inibindo um assalto no centro da cidade, e que isso destacava que o papel da segurança veio para o Município, e a sua equipe era competente para isso, e eles destacavam ali cada vez mais o esforço da Guarda Municipal para preservar a segurança e a ordem na cidade; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria conversar com todos sobre um tema que toda sociedade estava discutindo, que era a questão da reforma da Previdência, e que o Sindicato dos Bancários fez um seminário lá na sede em Campinas e que eles trouxeram duas professoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Maria Lúcia Werneck e a Denise Lobato Gentil, e que, na verdade, elas apresentaram todos os argumentos hoje, porque que essa reforma não podia se dar nesse momento, e que eles alegavam questões financeiras e ela provava no trabalho que foi apresentado, e que ele iria entregar aquele livrinho para cada Colega dele ali na Câmara, e ela provava que a Previdência não estava em déficit, ela provava por A mais B, que não estava em déficit, tinha todos os dados ali e era uma contribuição ao debate, que as entidades sérias do País tinham esse viés de estar orientando, de estar subsidiando a sociedade, que eles não apoiavam esse tipo de reforma, que era uma reforma que ela mexia na questão do tempo de contribuição de trinta e cinco passava para quarenta e nove anos, ou seja, o pessoal iria morrer de trabalhar e não iria conseguir se aposentar; mexia na questão da idade, e que hoje era sessenta para aposentar, sessenta para mulher e sessenta e cinco para homem, unificasse essa questão da idade, ficaria sessenta e cinco tanto para homem, quanto para mulher; tinha a questão da desvinculação do salário mínimo também para o benefício do INSS, e que hoje ele era vinculado na questão do salário mínimo, e de acordo com aquele projeto, desvinculava isso, e o que iria acontecer, perguntou? Iria aumentar a miséria no país; disse que era alguns dados que continham nesse trabalho, que eles, enquanto diretoria do Sindicato dos Bancários, eles estavam subsidiando os Deputados, os Vereadores, a Assembleia Legislativa, para que eles conseguissem fazer um debate sério sobre essa questão da Reforma da Previdência, que não era uma questão simples, era uma questão muito séria para a sociedade; disse que, simbolicamente, ele iria entregar ali, aquele livro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para todos os Vereadores, para enfim, simbolizar isso, a inserção do Sindicato nesse debate da questão da Previdência, e que eles estavam fazendo esse trabalho em todas as Câmaras Municipais, como ele já falou, no Congresso e também na Assembleia, agradeceu; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva fez a entrega do Livroto “Reforma da Previdência. A Demolição de Direitos Sociais”, do Sindicato dos Bancários CUT, Campinas e Região; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que a passou; tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, dizendo de ressaltar seu requerimento na questão do ponto de ônibus da Avenida, próxima à FAJ, e que era na questão do movimento que eles viam à noite, na saída dos alunos, e que era ali próximo à SP 95, na Escola Frank de Toledo Pizza, na Roseira de Baixo, e que seria interessantes vários projetos, principalmente, sobre o trânsito que houvesse ali uma solução, uma baia de acesso, para que os ônibus estacionassem ali ou senão, os mesmos alunos embarcassem onde eles paravam, na avenida em frente ao Lavapés e o Bonetto, material de construção, pois muitos ônibus ficavam parados ali, mas a maioria deles parava naquela avenida, e aquela avenida já era um pouco estreita, e que ele, quando passou com o ônibus várias vezes, o caminhão arrancou o seu retrovisor, porque os dois, um ultrapassando o outro ali era apertado, e por isso pediu para que o pessoal do trânsito, já que estavam na consciência do trânsito, fizesse uma sinalização no final da avenida sobre a educação do trânsito, acreditava no pessoal do trânsito, eles faziam um trabalho bacana, com a direção do PM Josino, que estava ali com seus recursos, poucos recursos, e como o Waltinho colocou ali, na questão do Delegado, Polícia Militar, Guarda Municipal, todos com recursos pequenos, mas estava desenvolvendo um trabalho bacana, e que acreditava que eles podiam desenvolver um trabalho para isso, também; a seguir, pediu à nobre Vereadora Taís da Água, Presidente da Comissão, e entre outras coisas disse que a mesma falou que ela teve uma reunião com o Planejamento sobre o tapa buracos, tal, e que ele fazia parte da Comissão, junto com ela, e que ele gostaria de ser comunicado para participar também dessa reunião, porque ela era prova do quanto eles eram questionados, mas quanto à foto, era para ficar tranquila, e que era na rua sem fim, disse ao Magrão; entre outras coisas agradeceu, dizendo que era só e desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todos, ao Presidente, a todos da Mesa, aos seus colegas Vereadores, às suas colegas Vereadoras, cumprimentou a todas as funcionárias, sempre os auxiliando tão bem nas sessões; cumprimentou a todos os cidadãos conscientes



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que mais uma vez lotavam a Câmara e os enchia de esperança, que eles viam ali acontecendo a democracia e isso que era importante; cumprimentou, também, a todos os Vereadores que a antecederam, porque ela ficava muito feliz de ver o quanto os assuntos que foram tratados na Casa foram importantes, especialmente, a questão da Previdência, disse ao Vereador Silva, porque aí transcendia, ele era muito maior até do que uma questão municipal, ele era uma questão nacional, e embora fosse nacional, ele envolvia dentro das casas das pessoas e ia fazer muita diferença na vida de todos eles, então, cumprimentou ao Vereador de ter trazido aquela discussão para dentro da Casa, porque achava que, realmente, isso iria fazer diferença para bem ou para mal para todas as pessoas e o que se estava anunciando aí, infelizmente, não era nada de muito bom; disse que ela queria falar sobre o requerimento que ela fez, inclusive alertada por vários moradores, especialmente, um, o seu amigo Luiz Reis, que estava ali na Casa, naquele dia, e que queria agradecer, inclusive a presença dele, agradecer o cuidado dele de, inclusive, de mandar fotos do local, que era sobre um buraco enorme, que não sabia se todos já tinham visto, que ficava lá na Praça Sete de Setembro, pertinho da Igreja, era uma cratera, era uma obra que foi iniciada antes, não foi terminada, mas ela começou antes, mas ela tinha que ser concluída agora; disse que esteve pessoalmente lá, ela era perigosa, ela não estava cercada, eles percebiam a erosão, e a cada chuva, aquilo iria aumentar, iria começar a levar o asfalto, iria começar a levar tudo e, tão grave quanto, estava assoreando o lago que ficava lá no Condomínio Águas Verdes, e assoreava o lago, matava o lago, e, possivelmente, iria matar nascentes, então eram vários danos ambientais que seriam decorrentes dessa obra que estava inacabada; disse que, realmente, era uma situação muito grave, e houve manifestação na assembleia, e a Sra. Cássia Murer Montagner continuou dizendo que eles estavam levando essa reivindicação para a Prefeitura, para que se explicasse imediatamente, e fizesse um plano muito urgente, para essa solução e que com muita rapidez, com muita emergência, pelo menos cercasse o local, evitando que acontecesse alguma tragédia lá com alguma criança ou qualquer pessoa que pudesse cair naquele local; disse ser isso e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, Vereadores, Munícipes, dizendo que ele andava naqueles três primeiros meses acompanhando o transporte de Jaguariúna de perto, foi até Campinas, andou aqui pela cidade, nos horários de pico, e que não era fácil mesmo; disse que trabalhou em Campinas por doze anos e sabia do sofrimento que era as pessoas, as pessoas dos bairros, também, andavam passando por privações na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

parte do transporte, e que os requerimentos que ele fez às Estâncias Metrópolis, ele recebeu uma resposta do Sr. Diretor, Elmir Kalil Abi Chedid, e que aquilo fosse cumprido, seria um paraíso Jaguariúna, ninguém usaria carro, e que era até bonito de ver, disse a todos, mas, então, tinha alguma coisa errada, e que ele não estava falando que não era real, mas pelas solicitações da população, tinha alguma coisa errada, e o que acontecia, porém, era que a própria empresa pediu um estudo, uma readequação nesses horários, porque existiam horários que iam vazios e horários que não existiam, então, ele pediria, voltando a elogiar as Comissões, o Neguita, que tinha bastante experiência no transportes, o Fred, também, deu-lhe algumas sugestões bem legais, que ele achou bem interessante, também, e que a Taís, Presidente, também, que conhecia bastante a cidade, que fosse reunida a Comissão para que discutirem esse problema grande, que vinha percorrendo vários anos, que eles pudessem melhorar as condições de vida da população nesse quesito, até porque eles estavam falando nesse documento, que atendiam o dia inteiro as empresas, porém existiam empresas em Jaguariúna que, apenas dez por cento dos funcionários eram de Jaguariúna, e um dos fatores, era que a empresa preferia optar por onde passavam os fretados das empresas, porque sabiam como Jaguariúna era deficitária na parte dos transportes; pediu à Presidente Taís, que instituisse a Comissão para que todos os Vereadores, os mais interessados, a população, viessem ajudá-los e auxiliá-los nesse quesito tão importante e agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que, primeiramente, passou a presidência dos trabalhos da Mesa para o Sr. Afonso Lopes da Silva, Vice Presidente; na tribuna, cumprimentou a todos, dizendo de abrir sua fala, pegando o ganho do Vereador David, e que queria ali falar, disse ao David, sobre o “pro labore” do PM e que achava que tinha que ter um extensivo à Guarda Municipal, também, e que a Guarda Municipal estava fazendo um trabalho muito forte, no mesmo patamar da Polícia Militar, em todos os cantos da cidade, e que desde a Legislatura passada ele tinha cobrado isso, e que achava que poderia estar vendo esse contexto, a inclusão do “pro labore” para a Guarda Municipal, e que não sabia em relação à lei, ele não olhou, mas achava que seria justo pelo trabalho que eles prestavam com tanta dedicação; a seguir, disse que queria falar sobre o PROUNI Municipal, se dirigindo ao Vereador David, com relação, e que achava que seria pertinente e que achou interessante que o Vereador tinha falado em incluir as oitenta pessoas excedentes no PROUNI, mas disse ao Vereador que, nos quatro anos anteriores, todos os anos tiveram excedentes, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que o Vereador não pediu nos quatro anos anteriores para incluir os excedentes, e diante de manifestação no Plenário, disse que tiveram, sim, por causa de renda, e outros casos, tiveram, sim, todos os anos teve, e, estranhamente ele não pediu para o ex Prefeito incluir os excedentes no PROUNI, e, estranhamente ele estava pedindo agora; disse que achava justo e, por ele, incluiria oitenta, cem, cento e cinquenta, mas na legislatura passada, ele não tinha pedido para incluir, os excedentes nos quatro anos, e que ele achava que era questão de justiça, teria que fazer para ser justo com todos; disse que ele se lembrava que estudantes o procuraram nos anos anteriores, não conseguiram o PROUNI, e tal, justificaram, mas infelizmente, ele não poderia ajudar, eram os procedimentos do PROUNI, as regras do PROUNI, disse que achava, na função de representante, eles tinham que ser justos, também, se atentarem ao projeto, e que achava que, em cada situação, pleitear, independente de Prefeito, se era oposição, se era situação, e que achava que a justiça partia a partir daí; disse que o Vereador falou que não teve excedente, mas teve sim, excedente, o Vereador não procurou, e que ele só queria entender porque ele não tinha pleiteado que se colocasse os excedentes a mais em relação aos quinhentos do projeto; disse que era só, agradeceu, desejando boa noite a todos. O Sr. Afonso Lopes da Silva devolveu a presidência dos trabalhos da Mesa para o Sr. Presidente, Romilson Nascimento Silva. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 042/2016, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito de manter guarda-volumes à disposição de seus clientes, neste Município. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I do R.I.). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

002/2017, da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que substitui o Anexo I, da Lei nº 2.359, de 31 de março de 2016, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º , I do R.I.). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001 de 2017, do Executivo Municipal, que acresce o art. 99-A na Lei Orgânica do Município a fim de fixar prazos para a lei de diretrizes orçamentárias no primeiro ano de mandato do Prefeito. (Quorum de deliberação: maioria Qualificada: Art.50, § 2º , III do R.I.). O Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos. Reaberta a sessão, após o tempo necessário, o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cássia Murer Montagner, Alfredo Chiavegato Neto, (Presidente, Vice Presidente e Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação) Afonso Lopes da Silva, Cristiano José Cecon, e Luiz Carlos de Campos (Presidente, Vice Presidente e Secretário da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade), foi apresentada Emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001 de 2017, do Executivo Municipal, dando nova redação ao artigo 99-A, e acrescentando as parágrafos 1º, 2º e 3º.” Em Discussão e votação a Emenda foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. A seguir, em Discussão e votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001 de 2017, do Executivo Municipal, que acresce o art. 99-A na Lei Orgânica do Município a fim de fixar prazos para a lei de diretrizes orçamentárias no primeiro ano de mandato do Prefeito, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que sobre aquela questão que foi levantada lá na questão dos servidores, na verdade, estava em um processo de negociação, um processo sério, democrático, onde a Prefeitura tinha muita responsabilidade sobre aquela questão, e também, ele parabenizou o Sindicato,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pela responsabilidade com que estava havendo lá na questão das negociações, e sem dúvida, ele achava que a Câmara iria se posicionar, mas ele achava que eles tinham de apostar, sim, no processo negocial que estava sendo feito lá com o Sindicato e a questão da Prefeitura; disse que ele fez uma minuta de um projeto sobre a questão da Educação do Trânsito, Compromisso com a Vida, que, na verdade era uma preocupação que eles sempre tiveram, ele foi consultado por várias pessoas naquela área do trânsito, na questão da educação para jovens, e ele achava que era uma questão importante e que aquela questão do trânsito tinha de começar cedo, os filhos tinham muito que influenciar na questão dos pais, e era uma questão primordial para a sociedade, assistiam vários acidentes, vários desconfortos com relação ao trânsito, a sociedade tinha de ser educada e de certa forma ela tinha de entender os conceitos, achava que era uma questão importante que o projeto dele colocava para a sociedade e levava em consideração a questão das crianças, a questão dos jovens, para começar aquela discussão do trânsito, que era uma discussão do trânsito muito cedo, ele achava que como o jovem estava discutindo com seus pais, e estarem diminuindo, sim, aquela questão da violência, então, aquele projeto iria tramitar na Câmara, iria ter várias tramitações em relação às Comissões e em relação à discussão no Plenário, mas estava lá na pauta; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo, que cumprimentou a todos e disse que na semana passada, entrou com um requerimento solicitando ao Executivo Municipal, uma avaliação da lei do REFIS e muitas pessoas queriam sair das suas inadimplências, das dificuldades de pagarem alguns tributos municipais, e o REFIS era a melhor forma daquilo acontecer e havia uma lei bastante benéfica para que aquilo acontecesse, e ela expirou dia trinta e um do doze do ano passado, então, a solicitação ao Executivo era para que repensasse a reedição de uma lei no mesmo molde da anterior para que as pessoas pudessem se beneficiar e aí sim, limpar toda a situação junto à Prefeitura e poder tornar adimplente junto à Prefeitura, com suas obrigações; e, aproveitando a situação da Segurança Pública, ele não poderia deixar de mencionar o trabalho dos bombeiros municipais, que também bravamente lutavam para defender a vida na cidade, muitas vezes socorrendo até cidades vizinhas, já que o bombeiro Municipal de Jaguariúna era o único que tinha na região, salvo os que eram do Corpo de Bombeiros Militar, do Estado de São Paulo, que era Campinas e Amparo, e, atualmente, eles também passavam por algumas dificuldades, para poder enfrentar os novos desafios da cidade, que estavam lutando junto aos outros órgãos para buscarem condições de trabalho para eles, para ampliarem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cada vez mais as defesas da vida que era tão importantes para todos, vida que não era só humana, mas também de animais e também em defesa do patrimônio das pessoas; com relação à reivindicação dos moradores do Condomínio Águas Verdes e do Jardim Mauá, muito bem colocada lá pela Vereadora Cássia, era muito importante, também, unirem forças para que aquilo se resolvesse o quanto antes, e quantos transtornos já foram causados para aqueles moradores, pelo trânsito naquela rua e que, atualmente, já estava recuperada, porém, a obra faltava uma conclusão e algo ainda mais que os chamava atenção era a questão ambiental, não só a questão material que estavam discutindo, mas a questão ambiental que poderia haver, contaminação lá do lago, mortalidade de peixes e mesmo causar outros tipos de transtornos para a população, então, aquela situação tinha de ser levada mesmo para uma discussão mais ampla junto ao Poder Executivo, junto aos Órgãos Competentes do Poder Executivo, e até se necessário, a levarem aos Órgãos Estaduais, se daquela forma fosse necessária, por causa da questão ambiental; e por fim, a questão dos servidores públicos; parabenizou a presença da Presidente do Sindicato, a Rita, era uma discussão justa e muito efetiva a questão do dissídio dos servidores, o servidor público era quem sustentava a máquina funcionando, o servidor público era quem fazia as ações acontecerem, e o servidor era um profissional como qualquer outro, que tinha família, que tinha obrigações, que tinha compromissos, também, e eles viviam um momento de crise, para todos eles, tanto para a administração, como para os servidores, então, chegarem em uma composição razoável, que atendesse aos interesses de ambos, era uma proposta bastante efetiva para tratarem no ano corrente, um ano difícil, de bastante dificuldades mas, que todos eles enfrentavam juntos, então, ele sabia que houve a assembléia na sexta feira anterior, e as duas propostas foram rejeitadas na assembléia, e parecia que havia uma contra proposta lá, que estava presente na ata da assembléia que iria ser rerepresentada ao Poder Executivo para ser discutido novamente; disse que ele se colocava à disposição de todos, se precisassem de algum tipo de auxílio, algum tipo de negociação ou mesmo de elaboração de alguma proposta, e como servidor publico ele se colocava à disposição de todos, e como Vereador da Casa, de levarem as reivindicações junto ao Executivo, com os demais Vereadores; disse que foi muito bem colocada a fala do Silva que estava se tratando com muita responsabilidade, não se poderia agir por emoções ou paixões, mas com aquela responsabilidade social, principalmente, em toda aquela negociação; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Tais Camellini Esteves, que cumprimentou a todos dizendo que o que ela tinha para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

falar lá, tinha acontecido na semana anterior, foi um acidente na Estrada do Japonês, estrada Judite dos Santos Pinto, se ela não estava enganada, e que muitas mães procuraram por ela, porque elas estavam com medo que o transporte escolar passasse por lá e desmoronasse; disse que ela foi até a Secretaria de Educação e pediu para transferir o transporte, ao invés de dar a volta pela estrada, por cima, devido ao que aconteceu, e naquele dia o Vereador Silva esteve lá e ele viu como estava a obra, e ela conversou com o Prefeito, e eles iam começar as obras o mais rápido possível, se Deus quisesse, para amenizar um pouco o medo do pessoal; agradeceu o setor de Obras que atendeu um pedido que ela fez da roçagem no Jaguariúna I e II, porque devido a muito problema de cobra, escorpiões, estavam aparecendo nas casas das pessoas; agradeceu a todos; em seguida, fez uso da palavra o Sr. David Hilário Neto, que cumprimentou os presentes, e falou à senhora Cássia, sobre caso do Águas Verdes, que, realmente ele foi procurado lá atrás e que o problema era só uma tubulação, mas as obras foram paradas, novamente, então, ela estava de parabéns por reivindicar, porque aquele lago estava cada dia morrendo mais, e aquilo ia afetando o Luiz Barbosa, e daquela forma ia levando toda aquela água, até chegar no próprio; falou para a Tais, que ficaram sabendo que veio um milhão e meio para recapeamento, aquilo ia ser muito importante, ele até sugeriu e não sabia se já tinha estudos para aquilo, mas aquela Avenida do Bon Netto eles viam que precisava e aquela descida do Nassif, era dois pontos bem críticos da cidade e que sabiam que um milhão e meio dava para fazer em torno de seis quilômetros, e que era muito importante fazer aquilo; em questão, respondendo ao senhor Presidente, sobre o PROUNI Municipal, falou que na última semana quando ele procurou o Prefeito, ele não queria expor todos aqueles alunos lá, naquela situação, mas, o senhor Presidente estava lhe obrigando a fazer aquilo mais uma vez; disse a todos que eles estudaram o PROUNI, ele fazia parte e ele acompanhava o PROUNI desde dois mil e treze, e sim, era o primeiro ano que tinham alunos excedentes, sim; então, o senhor Presidente poderia acompanhar os anos anteriores, poderiam ter alunos que não levaram documentos, com documentação incompleta, mas excedentes, no ano atual era o primeiro ano, então, quem tivesse algo contrário, que provassem para ele em jornal, porque daí ele iria se calar, caso contrário, estaria falando; disse que a primeira irregularidade, segundo a Legislação Municipal, os quatro primeiros alunos tinha direito à aprovação automática, sem passar por nenhum tipo de critério, sendo contemplado por mérito, como dizia o parágrafo terceiro da Lei Municipal dois mil trezentos e trinta e dois, de dois mil e quinze; desde a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aprovação daquela legislação, os melhores de cada curso seriam anunciados previamente, para não ter de fazer parte de um processo seletivo, já no ano atual específico, aquilo não foi feito e nem se quer dado uma justificativa, desrespeitando a legislação, então, aquela era a primeira irregularidade, primeiro motivo do pedido; segunda irregularidade, disse que ao contrário dos anos anteriores, aqueles alunos do PROUNI Municipal, foram sempre presencial, o aluno era responsável para levar uma série de documentos, com a documentação estabelecida completa, era dado um comprovante de inscrição, e aquilo aconteceu no ano corrente; explicou para a população que o aluno ia, levava a documentação dele do PROUNI, e a documentação estava incompleta, não dava nenhum papel de comprovante de inscrição, daí pedia para o aluno voltar, o aluno voltava com a documentação completa, era dado um comprovante dizendo que a documentação estava completa, daí ele pegou o jornal na semana seguinte, estava lá, ele estava com foto e cópias do jornal e se a população quisesse ver depois, ele estava à disposição, que dizia: “aluno do RA tal, reprovado por documentação incompleta”, e como poderia reprovar um aluno por documentação incompleta, sendo que o Município já deu um documento dizendo que a documentação estava completa? Disse que ele também não conseguia entender; segunda irregularidade, segundo motivo para pedir que atendesse aqueles alunos; terceira irregularidade, no curso de Arquitetura saiu o nome dos alunos indeferidos, expondo a situação deles, e não dizia o motivo daquele indeferimento; daquela forma nem o aluno conseguia se justificar do porque estava indeferido, fora a exposição gigantesca para a sociedade, porque era um processo seletivo, era um processo de pessoas que tinham dificuldades financeiras para pagar, e aquela exposição não poderia existir, era sempre sair o RA e não o nome dos alunos, e naquele caso tiveram dois casos, um daqueles alunos que recorreram perguntando para a Comissão porque o nome dele apareceu e porque ele foi reprovado; daí aparecia que o pedido dele foi considerado, então, o pedido dele foi deferido, mas quando ele olhava a lista dos deferidos, não estava o RA do aluno, nem como deferido, nem como indeferido, sumiu, estava na nuvem, como se dizia atualmente; disse que ele tinha um caso que o aluno recorreu e saiu reprovado e como poderia reprovar, sendo que não saiu a justificativa daquele aluno no primeiro caso, era mais uma irregularidade; disse que a quinta irregularidade, o RA treze seiscentos e dezesseis dois nove oito, não existia na Faculdade de Jaguariúna e foi contemplada uma pessoa que não existia, então, se pudessem também esclarecer a ele, era o primeiro ano que aquilo acontecia no PROUNI



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal; a sexta irregularidade, no anunciado dizia que foram disponibilizadas cento e trinta e uma bolsas que restaram, mas na realidade eram cento e trinta e duas, porque quem poderia ver a edição do jornal de dez de março, que dois RAs foram aprovados idênticos, dois RAs foram aprovados duas vezes, então, também ele não entendeu porque tinha sido aprovado; disse que eram cento e trinta e duas bolsas, não cento e trinta e uma; disse que tinha um aluno X que ele não iria expor o nome dele lá, com o RA onze, sete um oito cinco oito cinco, estava concorrendo a bolsa para o curso de técnico em Logística, e na primeira lista da Imprensa Oficial, no dia dez de março, não saiu o numero dele de RA, nem como aprovado, nem como reprovado, aquele aluno entrou com recurso e o recurso dele foi indeferido, e o RA dele continuava não aparecendo, e que tinha um RA que ele falava que aquele RA poderia ser dele porque aquele RA estava errado, estava com um número a mais, eles corrigiram aquele RA e aprovaram em um curso de Logística, um aluno de Administração, então, também ele não conseguiu entender o que aconteceu, e era o primeiro ano aquilo no PROUNI, e tinha mais, porque se fosse só aquilo estava bom, e tinha um caso que quando foram aprovadas aquelas cento e trinta e duas bolsas, a legislação dizia muito clara, que: “Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a instituição Jaguary, entidade mantenedora da Faculdade de Jaguariúna - FAJ, a fim de continuação do Programa Municipal Universidade para Todos, as aludidas bolsas serão fixadas para o curso de graduação, proporcionalmente”; falou que ficasse bem frisada aquela palavra, ao número de vagas por curso, e então, quando foi pego aquela lista de bolsas e levada até a FAJ, disse que levaram assim: “ah, eu achei aquela ali melhor, então ela ia passar!” Então, não foi feita a proporcionalidade; vários alunos de Direito, de Psicologia, de Engenharia Civil, foram prejudicados, que eram para passar com seus direitos na legislação, e não passaram, e era mais um problema, daí ele fez requerimentos na Câmara que era o meio de comunicar com o Executivo, que foram algumas perguntas, e que o senhor Presidente, que defendeu o Executivo, ele achava que ele iria conseguir responder para ele, e perguntou qual a forma de pontuação para classificar o aluno? Disse que ele não viu em lugar nenhum, por qual motivo foi solicitado documento sobre a condição de moradia do aluno, se aquela informação não constava no edital; então, não poderia ser pedido se não constava no edital, por qual motivo foi obrigada a entrega de uma declaração de isento de Imposto de Renda, sendo que aquele quesito não estava no edital? Disse que ele achava que toda a população sabia que não existia mais isento de Imposto de Renda, quem era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

isento simplesmente não declarava Imposto de Renda, por qual motivo as inscrições do PROUNI Municipal foram presenciais, sendo que o Município tem sobre seu domínio, um programa que garante a lisura e transparência do processo? Disse que também não tinha entendido, porque nunca aconteceu aquilo, porque tinha um programa que fazia aquela matemática para não ter problemas de digitação, de erro gráfico, nada daquilo, por qual motivo o aluno não conseguiu atualizar informações do Cartão Cidadão, na semana do processo seletivo, sendo que aqueles eram os requisitos para a comprovação do programa familiar? Ele também não conseguiu entender; as visitas foram realizadas em todas as residências? Pois pessoas que moravam em condomínios, não tinham seus endereços individualizados, e a única forma que garantia a lisura de forma completa, e uma pergunta que ele fazia e não tinha conseguido entender, era qual a Secretaria responsável pelo PROUNI? Disse que ele ligava na Educação, falava que era na Assistência Social, ele ligava na Assistência Social, falava que era na Educação, e estava um bate bola, e ninguém dava resposta nenhuma para aqueles alunos; disse que ele fez aquele pedido, porque ele estava cansado de falar daquele assunto na Câmara, achava que não tinha mais necessidade; disse que se reuniu com o Prefeito, fez o pedido, foi muito atencioso, falou que iria verificar e dar uma resposta para a Casa, e eles, Vereadores, estavam aguardando aquela resposta, só que tinham dez alunos que se uniram e entraram no Ministério Público, por conta própria, com a Promotoria, e o porquê dar as bolas para aqueles excedentes? Porque se aqueles alunos entrassem na Promotoria e ganhassem aquela ação, as quinhentas bolsas seriam anuladas, os quinhentos alunos que tinham aquele direito perderiam aquele direito, porque o processo todo seria anulado por falhas, falhas não dele, não dos nobres Colegas e nem dos alunos, e sim falhas do processo, e a intenção deles de conseguir fazer aquilo era simplesmente resolver e não prejudicar aluno nenhum; Disse que na história daquele processo nunca aconteceu aquilo, nunca houve tanta reclamação, nunca houve adiamento de mais de meses para sair o processo, nunca houve tanta irregularidade prevista e ele nunca viu a sala dele tão cheia, com tantas pessoas reclamando do que estava acontecendo, então, aqueles alunos foram ao Ministério Público por conta própria; a seguir, ele fez uma pergunta ao senhor Presidente, se ele era contra aqueles excedentes, com tanta irregularidade? Porque se ele fosse contra aqueles excedentes, ele estava sendo a favor de cancelar as quinhentas bolsas de estudo, porque aquelas quinhentas bolsas poderiam ser canceladas, e tinha de acontecer totalmente o processo novamente, começar do zero, e tudo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

atrapalhar a vida estudantil de diversos alunos, se gastar trinta e cinco mil reais a mais era um absurdo para educar alunos, dando um curso em uma Faculdade, ele não entendia; falou que tiveram um aumento de Receita de cinco milhões, quinze por cento em três meses, então, ele não estava pedindo nenhum absurdo lá, aquele pedido foi feito formalmente ao Prefeito, não foi nem feito via aquela Casa, porque eles acharam que foi uma forma cordial, como foi da parte dele, seria da deles também, mas, infelizmente, ele não conseguiu entender a postura do senhor Presidente, em querer agredir, dizendo que não houve, que houve excedentes nos anos anteriores, e não houve excedente algum, sempre aprovava em média quatrocentos e oitenta, quatrocentos e noventa alunos, nunca chegou nas quinhentas bolsas, se chegou não ficou ninguém para fora, e se alguém foi prejudicado em algum momento, não procurou seus direitos, porque nunca veio até a Câmara, não foi na Justiça e nunca fez nenhuma explanação pública reclamando de não ter conseguido a bolsa; então era aquilo que ele não conseguia entender; perguntou se acabou o seu tempo, e sabendo que sim, agradeceu a todos, desejou boa noite e disse que ele só queria fazer aquela pergunta, se o senhor Presidente era contra os excedentes? Só isso; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres, que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele voltava lá um pouco para falar que, naquela questão do PROUNI, quando o Vereador Silva colocou naquela, questão do PROUNI, ele acreditava que eles tinham sim de fazer lá um trabalho sério, um trabalho voltado aos alunos, porque era difícil o aluno que estava lá, prestava o PROUNI, ia atrás de documentação, fazia isso, fazia aquilo, depois não aparecia o nome, então, ele achava que falhas houve e eles tinham de averiguar, aquele era o papel deles na Casa, e ele não se lembrava de outras, ele já estava no seu terceiro mandato, ele não se lembrava do PROUNI ter aquelas dificuldades, aquela procura que estava tendo; disse que uma daquelas procuras que teve, também não tinha mais as bolsas dos Vereadores, foi uma judiação, mas, também, aquilo não era compromisso nenhum, era a FAJ com a Câmara, mas, também, ficou ruim, porque tinha aluno que estava com o Vereador já há três, quatro anos, já para terminar, também, foi tirado aquele direito deles, muitos não tinham condições de pagar, foi feito lá o CRED FAJ, mas também dificultava porque quando ele terminava, ele tinha de continuar pagando, então, era complicado, ele achava que eles tinham de voltar e fazer aquele trabalho e esperar que quem fosse, realmente, da Prefeitura para fazer aquele papel que era o papel do PROUNI, fosse solucionado de uma vez por todas, porque senão, já perdeu o dos Vereadores, e causou um transtorno para eles lá, na questão das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

bolsas dos Vereadores, e pediu para imaginarem como o Vereador David colocou lá, se aquele processo daqueles dez alunos seguisse e quinhentos bolsistas perderem a vaga lá, ele achava uma judiação porque a FAJ estava no Município de Jaguariúna, tinha aquela parceria com a Prefeitura, então ele acreditava que dava para se fazer uma boa organização, averiguação naquele projeto para poder seguir para frente; aquilo que ele tinha comentado com o Silva, foi na questão do aumento dos salário dos funcionários, e quando o Silva falava que a Prefeitura estava fazendo um trabalho sério, ele acreditava, sim, era um trabalho sério não só naquela questão do aumento de salário, mas enfim, em todo o trabalho, em todo o contexto da cidade, então, ele esperava que pudessem ver, como o Vereador Waltinho tinha colocado lá, que ele era funcionário público, e como Vereador, ele também era Vereador não era funcionário público, mas também se colocava à disposição do Sindicato, e a Rita estava lá para eles estarem lutando para melhorias para os funcionários públicos, uma vez que eles somente tinham de acompanhar, porque não tinha como eles irem contra o que viesse do Executivo, então, ele acreditava que o Executivo pudesse, como o Silva falou, na responsabilidade, fazer um projeto para o aumento no salário dos funcionários; sabiam que a crise no País estava difícil mas, graças a um trabalho de longos anos, Jaguariúna, como eles já sabiam, começou janeiro aumentando a arrecadação, então, aquilo era importante, era bacana e que pudessem aplicar bem o dinheiro publico lá; disse que outra questão, que ele reforçava as palavras do David, na questão dos dois milhões da creche, era bacana e valia lembrar que eles tiveram lá na Secretaria de Educação, também, na época junto com o Adilson, o Romilson também achava que esteve lá, na questão da ETEC, e o Secretário já tinha prometido a eles a construção daquela creche, e eles esperavam que pudesse sair do papel, e era só a Prefeitura estar enviando aquele projeto para eles fazerem aquela construção, porque valia ressaltar, e se ele estivesse errado pediu ao David para que o corrigisse, porque estava no projeto, falava Capotuna mas, era atrás da Espedito Ferrari, naquela área, era em frente ao Bar da Praia, aquela era uma área disponibilizada, uma outra era no Florianópolis, ele se lembrava que na época foi o Deputado Carlos Sampaio que intercedeu, os assessores dele os acompanharam lá, e ele acreditava que aquilo poderia vir para beneficiar muito a cidade e a população; disse que o mês de fevereiro inteiro foi só reclamando lá da Rua Amoreira, do Bairro Roseira, mas ele queria lá deixar em público, os seus parabéns à Secretaria de Obras, aos pedreiros, também, principalmente ao pedreiro seu Zé e ao Vanderlei e ao servente do seu Zé lá, que ele não se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

lembrava o nome naquele momento, e aos demais que estiveram juntos, mas aqueles dois que eram os que colocavam a mão na massa, que era o seu Zé e o Wanderlei, que com pouco tempo, ele falava que ele ficava lá um pouquinho e ia para outro lugar, e ele respondia que estavam tocando três obras e só tinha eles dois, só tinha ele de pedreiro, então, ele falou para que Deus o abençoasse, desse muita força e muita saúde para ele, mas ele esperava que no mais breve possível pudesse estar aumentando aquele quadro de funcionários, principalmente, de pedreiros, que estava um descaso total, eram bueiros entupidos, bueiro afundado, tinha lá na Rua Macieira que o caminhão do lixo passou em cima do bueiro a grade estourou, estava um perigo, mas ele acreditava que em breve, também, fosse solucionado aquilo, bem como, disse para a Cássia, também lá do Santo Expedito, do Mauá, que também no mês de abril, dia dezanove era o dia de Santo Expedito, era o dia da festa daquele padroeiro e a comunidade lá estava preocupada, porque o transtorno que estava lá e arrumaram, e eles esperando lá na Roseira, porque terminando o Mauá ia para a Roseira, e pelo que falaram, o Mauá estava lá, e o da Roseira faltava só o recapeamento, porque ele fez um requerimento para a próxima sessão, ele acreditava que o tapa buracos não resolveria, bem como na Pinto Catão também, ele acreditava que lá seria interessante o recapeamento, porque seria menos custo do que fazer o tapa buracos, o recapeamento já fazia e durava lá um bom tempo; falou que ele lembrava que no Governo passado do Gustavo, ele trabalhou no trânsito e foi feito o recapeamento todo daquela área central e poderiam ver que o movimento que tinha lá no centro e eles não viam, pouquíssimos buracos, se tivessem; falou para o Cecon, que ele questionou na questão do transporte, ele parabenizou a correria dele, eles que estavam na Comissão, ele, o Cecon e a Tais, ele acreditava que eles tinham um trabalho árduo e que o transporte também era uma das questões que vinha complicando muito os moradores, e na questão dos horários, ele via que tinham horários que só estava o motorista, não tinha passageiros, e os outros horários estavam sobrecarregados, então, tinha, sim, de fazer um estudo, e no começo do mandato dele, em dois mil e treze, ele já estava naquela Comissão dos Transportes, eles levaram lá os proprietários das empresas, o Fred também estava na Comissão, a Rita também, mas foi aberto a todos os Vereadores, boa parte estava lá e ele acreditava que poderiam fazer uma reunião daquela lá, disse à Tais que era a Presidente, não só com a Comissão, mas com todos os Vereadores, para a Empresa explicar, ele esteve em Indaiatuba no mandato passado, conhecendo o transporte de lá, era muito bom, lá existia o sistema do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

GPS, e quando ele chegou para colocar a lei, já existia a lei desde dois mil e três, só que não estava sendo cumprida, a empresa tinha de colocar o GPS e passava pelo sistema de celular, era igual o sistema do UBER, tinha a linha numerada e no celular, sabia a hora que o ônibus estaria passando na casa da pessoa, mas aquele controle teria de ser feito pela Prefeitura, não pela Empresa, porque daí o controle ficaria para a Prefeitura, e vinha um morador reclamar que o ônibus não foi, na hora, o Secretário, ou Diretor de Transporte ou o próprio Prefeito puxava no sistema, ele ia ver que o ônibus passou lá porque estava no sistema, ou não passou, foi, deixou no ponto final, porque acontecia muito, e ele trabalhou com ônibus, ele já sabia, que às vezes, no último horário, no último ponto não tinha passageiro, tchau, não ia para lá, e se tinha um coitado esperando lá, era difícil, porque já aconteceu em linhas aquilo, porque moradores foram reclamar para eles e eles foram averiguar e, realmente, não tinha ninguém, mas tinha uma pessoa lá esperando o último horário, então, era complicado, mas ele achava que tinham de fazer um estudo, sim, voltado para aquilo e voltado para a EMTU, que era a linha de Campinas, eles tinham um trabalho na Gestão passada, e que no ano passado, o Magrão também fez uns questionamentos, ele também fez, para eles adentrarem na Roseira, pois muitos moradores da Roseira de Cima eram assaltados lá na passarela, direto a Guarda Municipal estava dando um apoio, (naquele momento a senhora secretária informou que havia acabado o tempo de fala dele), e o senhor Ângelo continuou dizendo que ele queria agradecer à Guarda Municipal, a agradecer a todos pelo apoio que tinham dado, mas seria de suma importância para eles também; em seguida, fez uso da palavra, o Sr. Luiz Carlos de Campos, o qual foi informado de que teria um minuto e meio para uso da palavra; o Sr. Luiz Carlos cumprimentou a todos dizendo que ele queria também entrar no mérito em relação ao PROUNI, que foi uma reunião solicitada pelo PTB, foram conversar com o Prefeito na melhor das intenções, porque eles sabiam que olhando os números lá, dava para perceber que era desproporcional em relação aos cursos, e passaram para ele aquela sugestão, passaram os custos daquelas quinhentas bolsas que ficava em torno de duzentos mil reais e aquelas oitenta bolsas excedentes, em torno de trinta e cinco mil reais e tinham alguns casos também, que passaram para ele, que a pessoa era praticamente nascida em Jaguariúna, que não tinha maternidade na época, então, ia para Campinas, e poderia se dizer que nasceu aqui em Jaguariúna, e ele foi indeferido por tempo de moradia, ele não sabia se tomaram como base o Cartão Cidadão, que ele não tinha o Cartão Cidadão há três anos, mas pelo que dizia a lei, era o tempo de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

moradia, no mínimo três anos, e era uma pessoa que ele poderia falar que nasceu em Jaguariúna, então, aquele caso também eles passaram para o Prefeito; tinha outra coisa, que a lei dizia quinhentas bolsas e para exceder as quinhentas bolsas, ou seja para que fosse estendido também para os excedentes, o Prefeito teria de encaminhar o projeto de lei para a Câmara, a Câmara ia apreciar, o projeto também poderia vir para vigência desde quando; naquele momento a Sra. Secretária avisou ao Vereador Luiz Carlos de Campos, que o tempo de fala dele havia acabado; ele agradeceu a todos e disse que o Neguita e o David usaram tudo lá; tendo se esgotado o tempo determinado para a Explicação Pessoal, e ainda, havendo dois inscritos, os Srs. Romilson Nascimento Silva e Alfredo Chiavegato Neto, que ficaram com as primeiras inscrições para a Explicação Pessoal na próxima sessão ordinária; o senhor Presidente, que estava inscrito, disse que ficaria para a próxima sessão a resposta dele ao Vereador David, porque não deu mais tempo, e que na próxima sessão ele responderia, e da parte dele estava tranquilo. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia onze de abril de dois mil e dezessete, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereador Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

